

A ausência de reconhecimento social de cidadãos destituídos no Brasil e na França: um estudo comparativo entre o Bolsa-Família e o RMI¹

Ângela Cristina Salgueiro Marques²

Resumo: *Políticas redistributivas como o Bolsa-Família e o Revenu Minimum d'Insertion (RMI) são elaboradas e executadas por instituições que excluem o cidadão precário como parceiro de diálogo, digno de reconhecimento, estima social e respeito. Esse cidadão é silenciado por meio da dívida assistencialista, que o imobiliza para a ação, dissolve sua autonomia e não lhe abre espaços onde possa falar e ser ouvido. Expressar-se e ter a própria palavra considerada publicamente implica escapar de uma condição de invisibilidade e de desvalorização que impede não só o reconhecimento alheio, mas sobretudo um auto-entendimento positivo. De modo a conhecer os processos de tomada da palavra de pessoas pobres no Brasil e na França, foram realizadas, nas associações e espaços municipais frequentados pelos beneficiários da Bolsa Família e do RMI, 28 entrevistas semi-estruturadas para observar como os entrevistados se remetiam a questões ligadas à identidade, à falta de reconhecimento e à autonomia.*

Palavras-Chave: Reconhecimento social. Autonomia. Contextos dialógicos.

1. Introdução

As políticas sociais são elaboradas atualmente com a finalidade de estabelecer a integração social de pessoas em situação de grande precariedade e pobreza. Elas frequentemente anunciam a pretensão de integrar os pobres e destituídos à sociedade, criando estruturas capazes de assegurar sua participação nos processos públicos de constituição de direitos cívicos e políticos. No Brasil, o Programa Bolsa Família, criado pelo governo Lula em 2003, admite o direito a um benefício mensal mínimo e indispensável não só para a

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Sociedade Civil do IV Encontro da Compolítica, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 13 a 15 de abril de 2011.

² Doutora em Comunicação Social pela UFMG. Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero. E-mail: angelasalgueiro@gmail.com.

sobrevivência da população carente, mas também para sua emancipação e participação cívica e política. Na França, o *Revenu Minimum d'Insertion* (RMI), criado pelo governo de Michel Rocard (partido socialista) em dezembro de 1988, foi resultado após um longo processo deliberativo destinado a encontrar um meio de ajudar os indivíduos desfavorecidos e, ao mesmo tempo, de lhes oferecer oportunidades de escapar da condição de precariedade em que vivem (Paugam, 1993b). Essas duas políticas sociais suscitaram um grande debate entre membros do governo, atores políticos, especialistas, atores da mídia e os próprios beneficiários. Entre os principais temas de debate, podemos destacar a busca de reconhecimento social e de um status igualitário de cidadãos para aqueles beneficiados por uma renda versada pelo Estado.

Em ambos os casos, a ausência de reconhecimento social se apresenta principalmente no âmbito dos direitos e da estima social. A negação de direitos a pessoas em situação de extrema penúria econômica, cultural e social se constitui como uma forma particularmente sutil de humilhação, “uma forma que torna invisível, faz desaparecer, implicando uma inexistência no sentido social do termo. (...) O que acarreta a invisibilidade como uma situação social particular” (Honneth, 2005, p.41 e 43). Ao tornar-se invisível para potenciais parceiros de interação, o sujeito em condição de pobreza percebe-se como destituído de direitos e limitado em sua autonomia pessoal. Dito de outro modo, ele desenvolve o sentimento “de não possuir o estatuto de um parceiro de interação inteiramente capaz, dotado dos mesmos direitos morais que seus semelhantes, de não ser considerado como alguém que pode formular um julgamento moral” (Honneth, 2007, p.164). Com relação à estima social é possível dizer que, de forma geral, uma pessoa só pode se julgar estimável se ela é reconhecida pelas contribuições singulares que oferece para o desenvolvimento de sua comunidade. Nesse sentido, a estima social está intimamente relacionada ao trabalho e aos esquemas de distribuição de renda.

Políticas redistributivas como o Bolsa-Família e o RMI poderiam auxiliar processos de reconhecimento que questionassem padrões de julgamento coletivo baseados na invisibilidade e em formas de depreciação? Uma resposta positiva poderia ser vislumbrada somente se pensarmos nessas políticas como não restritas ao benefício monetário, ou seja, elas precisam devolver os sujeitos precários à ordem do discurso. Sair da invisibilidade,

aparecer, entrar na ordem do discurso ou da interação verbal, implica passar da existência física à identidade narrativa. E essa entrada na ordem do discurso, pela qual se realiza e se testa o valor do sujeito é garantida por aquilo que ele doa ou oferece à sociedade (Caillé, 2004, p.24).

O Programa Bolsa Família e o RMI se baseiam sobre critérios diferentes, sobretudo em relação à concepção de pobreza e o modo de reconstruir os vínculos para a integração dos pobres e pessoas em situação de precariedade. No Brasil, a pobreza e a miséria têm limites muito tênues e o governo emprega frequentemente medidas de emergência destinadas a ajudar as pessoas de maneira imediata, pontual e a curto prazo. Assim, o maior dilema na elaboração de programas sociais no Brasil é a ausência de uma separação entre direitos e caridade. Além disso, esses programas não levam em consideração a questão da inserção social. Esse quadro foi consideravelmente modificado nos últimos anos. Com a criação do Programa Bolsa Família, no final de 2003, o presidente Lula incentivou ações ligadas à integração entre as ações nacionais de redistribuição³ e as ações locais de promoção da participação cívica, da educação, da saúde e da profissionalização afim de promover a autonomia das pessoas pobres. Essa integração deixa transparecer a idéia de um Estado que desempenha um papel fundamental na construção da cidadania. Contudo, é preciso salientar que o objetivo primeiro de Lula não foi o de inserir os pobres, mas de reduzir a miséria, o que rendeu várias críticas ao Programa.

O RMI, de modo contrário, colocou a inserção como algo prioritário. A política de uma renda mínima destinada a jovens com mais de 25 anos (diplomados ou não) e desempregados, a jovens mães de família divorciadas, a mães de família mais velhas e cujo

³ O benefício garantido pelo programa Bolsa-Família varia atualmente entre R\$ 18,00 e R\$66,00 para as famílias que possuem uma renda mensal *per capita* de até R\$140,00. O valor do benefício depende do número de crianças em idade escolar (entre 0 e 15 anos) e do número de mulheres grávidas ou que amamentam em cada família. Para as famílias em estado de extrema pobreza (renda mensal *per capita* de até R\$70,00), o benefício varia entre R\$68,00 e R\$134,00. Nesse último caso, mesmo as famílias sem filhos têm direito a R\$68,00. A transferência varia de R\$22,00 em R\$22,00 segundo a quantidade de filhos por família, sendo que não se soma mais nada acima de três filhos. Famílias com adolescentes de 16 a 17 anos recebem R\$33,00 por adolescente. O governo condiciona a obtenção do benefício ao cumprimento de certas obrigações como, por exemplo, a assiduidade escolar das crianças e adolescentes, a vacinação das crianças em postos de saúde, o acompanhamento pré-natal de gestantes e o engajamento informal dos adultos a se inscrever em cursos de formação e profissionalizantes. Para maiores informações sobre o programa, consultar o site do Ministério do Desenvolvimento Social <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/>>.

marido é aposentado, entre outros, foi elaborada sob a pressão e a urgência de solução diante da progressão de uma “nova pobreza” na França. O RMI representou⁴ o primeiro auxílio social para pessoas consideradas fisicamente aptas ao trabalho, mas que não encontravam propostas de emprego compatíveis com suas competências (Paugam, 1993b). Segundo Astier, o RMI não fornece um status de cidadãos para as pessoas, mas seu mérito está em desvelar “o que era secretamente instruído nas agências de auxílio social, de fazer com que as pessoas percebessem uma pobreza econômica que perturbava a lógica democrática igualitária, e de ter construído um conflito a respeito da capacidade que os sem-parte possuem de pertencer à comunidade” (1997, p.22). Entretanto, é preciso salientar que a palavra “inserção” ligada ao RMI não foi realizada em sua plenitude. De acordo com Castel, a inserção nunca está no centro das ações elaboradas para reduzir a precariedade, “ela é utilizada como um pleonismo para a idéia de integração, nomeando a distância que nos encontramos de uma efetiva integração e o dispositivo prático que deveria combater a precariedade” (1999, p.703).

Apesar de suas diferenças, o RMI e a Bolsa Família possuem alguns pontos em comum. O primeiro ponto a ser destacado é proximidade da experiência que os beneficiários de ambas essas políticas sociais têm com o preconceito, a humilhação e a injustiça. Essas experiências negativas podem ser captadas através das narrativas, testemunhos pessoais e dos diálogos que têm lugar em espaços destinados a acolher essas pessoas. Se, no plano institucional, podemos perceber com precisão as diferenças entre a Bolsa Família e o RMI, isso não acontece no plano das experiências vividas pelas pessoas em condições de precariedade. As palavras dos beneficiários brasileiros e franceses possuem vários pontos em comum, sobretudo quando se referem à reivindicação de respeito, de direitos e de estima social. Esses temas são centrais em suas demandas, pois lhes permitem ser vistos como

⁴ No dia primeiro de junho de 2009, o RMI foi substituído pelo Revenu de Solidarité Active (RSA), sofrendo uma ampla mudança de filosofia e extendendo sua atuação para outros setores da população. Agora os jovens de 18 a 25 anos podem receber o benefício, desde que tenham trabalhado o equivalente de 2 anos nos últimos três anos que antecedem a demanda. Contudo, os valores do benefício e as condições para seu recebimento quase não foram modificadas. Até janeiro de 2009, uma pessoa solteira e sem filhos podia receber até 454,63 euros (se tivesse um filho receberia 681,95; e dois filhos 818,34). Já um casal sem filhos, recebia até 681,95 euros por mês (se o casal tivesse um filho receberia 818,34, e dois filhos 974,73). Solteiros e casais com mais de dois filhos receberiam um complemento a esses valores no valor de 181, 85 para cada criança a mais. Para maiores detalhes ver: LELIÈVRE, Michèle ; NAUZE-FICHET, Emmanuelle (dir.). *RMI, l'état des lieux – 1988-2008*. Paris : La Découverte, 2008. Ver também o site <<http://vosdroits.service-public.fr/N478.xhtml>>.

indivíduos moralmente capazes de fazer parte das trocas comunicativas e das dinâmicas sociais de suas respectivas sociedades.

O segundo ponto de aproximação entre o Programa Bolsa Família e o RMI é o apoio que ambos encontram nas redes de Assistência social e nas associações, que auxiliam os sujeitos em estado de precariedade a sair de uma situação de pobreza. Argumentamos que os espaços de conversação cívica e debate mantidos por essas redes e associações ajudam os beneficiários de políticas sociais a problematizar sua situação, objetificando-a para poderem agir sobre ela. Ao contrário da concepção liberal que prevê um tratamento prescritivo aos pobres perpetuando modos institucionais de enraizamento de poderes opressores, argumento que as estruturas de Assistência Social podem se transformar em espaços importantes de mediação entre atores do governo e os cidadãos desfavorecidos.

O quadro acima delineado nos revela a importância do diálogo e da comunicação para que os oprimidos possam alcançar a liberdade de escolha e a autonomia, que são o resultado da reflexão e da ação transformadora dos homens sobre o mundo, religando a tomada de consciência à tomada da palavra. Expressar-se e ter a própria palavra considerada publicamente implica escapar de uma condição de invisibilidade e de desvalorização constantes que impedem não só o reconhecimento alheio ou a conquista da autonomia, mas sobretudo um auto-entendimento positivo.

O objetivo principal deste trabalho é o de verificar como essas pessoas em situação de precariedade podem, por meio da interação discursiva, construir contra-discursos de modo a demonstrar sua necessidade de reconhecimento e de autonomia. Assim, foram realizadas 14 entrevistas semi-estruturadas em duas cidades brasileiras da região sudeste, sete em Campinas (SP) e sete em Belo Horizonte (MG). Na França, também foram realizadas 14 entrevistas semi-estruturadas na cidade de Grenoble.

A expressão pública das próprias necessidades: autonomia e reconhecimento social

Este trabalho se apoia sobre dois conceitos principais: a autonomia pública e o reconhecimento social, que serão aqui definidos à luz das reflexões teóricas elaboradas, respectivamente, por Mark Warren (2001) e Axel Honneth (2007).

A noção de autonomia é frequentemente considerada como o resultado das ações de um indivíduo que deseja tomar decisões sem ser influenciado pelos outros. Trata-se, então, de uma percepção da autonomia como sinônimo de individualismo ou de auto-suficiência, tal como explicitado pelos critérios liberais de ação. Segundo a concepção liberal, o princípio de autonomia prevê que os indivíduos “devem ser livres e iguais na determinação das condições de suas próprias vidas” (Held, 1987, p.244). Contrariamente às concepções liberais sobre a autonomia, Warren (2001) destaca que a capacidade dos indivíduos de construir sua própria história não se adquire em condições de isolamento. Segundo ele, a autonomia não é um sinônimo de individualismo ou de auto-suficiência, mas depende das relações intersubjetivas e das competências comunicativas desenvolvidas pelos indivíduos em suas redes cotidianas de interação.

A autonomia pública, tal como foi definida por Warren depende da expressão pública dos indivíduos, ou seja, de um posicionamento discursivo (tomar a palavra) diante do outro. Como destaca Warren (2001), a autonomia depende também da participação dos indivíduos em processos intersubjetivos de troca de razões com o objetivo de utilizar e aperfeiçoar suas competências comunicativas. Isso quer dizer que essas competências não existem enquanto propriedade individual, mas decorrem das relações de reconhecimento recíproco. Além disso, essas relações são fundadas sobre um tipo de igualdade moral que garante a valorização simbólica e política dos indivíduos, e podem contribuir para a construção da autonomia pública.

A importância do conceito de autonomia, no quadro das políticas desenvolvidas para combater a exclusão e a precariedade, pode ser explicada pelo fato de que a luta dos indivíduos em situação de precariedade para se fazerem ouvir ou para participar de esferas públicas de discussão de seus direitos não é um aspecto secundário, mas localizado no centro das mobilizações políticas e sociais da atualidade. O fato de que os pobres e pessoas em situação de carência extrema sejam excluídos de um espaço de visibilidade e de diálogo público torna ainda mais profundo um sentimento de inexistência social, de desprezo e de auto-depreciação. Isso nos permite compreender por que a condição primeira da relação de reconhecimento “é a possibilidade de existir em um universo de discurso e de ação, de ser considerado pelos outros e de contribuir para a prática coletiva” (Voirol, 2005, p.117).

Honneth (2007) argumenta que as relações sociais marcadas pela ausência de respeito, pela depreciação, pelo ostracismo social e pela negação de direitos conduzem a uma auto-percepção negativa, fazendo com que os indivíduos se afastem das interações comunicativas e do convívio social. Esse fato impede que os indivíduos sejam tratados como parceiros moralmente capazes de expressar suas necessidades e de participar de debates públicos consagrados à elaboração de políticas públicas. Assim, a negação de reconhecimento é um grande obstáculo para a construção da autonomia política dos indivíduos. De acordo com esse autor, a ausência de experiências sociais de reconhecimento mútuo torna os indivíduos incapazes de sustentar pontos de vista e demandas diante dos outros. Em consequência, eles não se consideram como cidadãos, possuidores de um certo status de agentes morais responsáveis, podendo contribuir para projetos coletivos.

A busca por reconhecimento nas sociedades contemporâneas é o resultado do questionamento de injustiças econômicas e culturais cometidas contra indivíduos e grupos vistos como socialmente desqualificados (Paugam, 1993a). Segundo Honneth (2006), por meio de todos os sentimentos negativos suscitados pela experiência da desconsideração das exigências de reconhecimento, o indivíduo toma consciência das injustiças que lhe são feitas. Assim, a teoria do reconhecimento coloca em questão as operações sociais, políticas e econômicas de qualificação e de desqualificação dos indivíduos. Afim de impedir a atribuição de uma identidade negativa aos mais marginalizados e de lhes garantir as condições necessárias para sua realização pessoal à partir das relações que estabelecem com os outros, a teoria do reconhecimento está baseada em três critérios principais: a) a valorização das conquistas e contribuições de indivíduos e grupos ao todo social; b) a construção de relações de respeito recíproco; c) a revisão e a atualização da teia moral de fundo que alimenta as relações intersubjetivas com preconceitos e estigmas (Voirol, 2007; Caillé, 2007; Le Blanc, 2007).

A possibilidade de uma auto-realização é assegurada, segundo Honneth (1997), pelo estabelecimento de relações de reconhecimento em três âmbitos ou dimensões específicas: a dimensão do amor e das relações afetivas com pessoas próximas (amigos, parentes, colegas, etc.); a dimensão das relações jurídicas, que envolve os direitos e a construção da cidadania; e a dimensão da valorização das capacidades e das realizações práticas dos indivíduos em uma

comunidade de valores. É importante salientar que o próprio Honneth afirma que essas dimensões não possuem entre si uma fronteira nítida, e que não há uma precedência de uma sobre a outra. Não raro, elas aparecem simultaneamente nos discursos que os sujeitos elaboram sobre seu desejo de serem valorizados socialmente.

De maneira geral, e seguindo a tríade proposta por Honneth, o reconhecimento se consolida na combinação entre a auto-realização e a realização socio-política, sendo que uma depende inevitavelmente da outra. No plano da auto-realização os indivíduos podem ser apreciados e valorizados se adquirem uma auto-confiança elementar. A experiência intersubjetiva do amor, lhes garante a segurança emocional necessária para experimentar e manifestar suas necessidades e sentimentos.

No quadro das relações jurídicas, o reconhecimento assegura aos indivíduos a possibilidade de se considerarem como detentores de direitos e também “a possibilidade de compreenderem seus atos como uma manifestação, respeitada por todos, de sua própria autonomia” (Honneth, 2007, p.144). Os direitos garantem que as pessoas podem agir como pessoas moralmente responsáveis e dignas de serem respeitadas. Contudo, a existência de direitos por si só não constitui um cidadão. Sentir-se cidadão e aparecer como tal diante do outro é algo que depende de uma construção, ao mesmo tempo, interior e relacional, que se desdobra constantemente, sobretudo em momentos em que os sujeitos se percebem como capazes de participarem de debates públicos sobre questões que os concernem e sobre as quais querem opinar e ter seus argumentos e pontos de vista considerados.

Por fim, a estima social é uma forma de reconhecimento intimamente ligada à um sistema de referências que permite “situar as qualidades particulares dos indivíduos em uma escala de valor indo do menos ao mais, do pior ao melhor” (Honneth, 2007, p.139). Apesar de não deixar muito claro como é definido o valor atribuído a um indivíduo, Honneth recorre frequentemente à categoria do trabalho para mostrar que um indivíduo digno de estima é aquele que, por meio de seu trabalho, demonstra ser suficientemente qualificado para contribuir à realização de objetivos e projetos que resultam em um bem para a coletividade. Nesse sentido, um indivíduo obtém estima social quando demonstra que é suficientemente qualificado para contribuir para a realização de objetivos perseguidos pela sociedade ou por

sua(s) comunidade(s) de pertencimento. A estima social está, portanto, diretamente ligada aos esquemas de repartição do trabalho e da renda.

Considerações metodológicas: a importância dos contextos de fala e de interação verbal

Grande parte das políticas sociais, seja no contexto brasileiro ou francês é elaborada e executada por instituições que não concebem o cidadão precário como parceiro de diálogo, como um indivíduo com o qual os agentes institucionais poderiam construir uma verdadeira interação dialógica de reconhecimento e respeito mútuo. Nesse contexto institucional extremamente hierárquico e burocratizado, o subalterno é frequentemente silenciado por meio da dádiva assistencialista, um tipo de dom que o imobiliza para a ação, que dissolve sua autonomia e que não lhe abre um espaço onde possa falar e ser ouvido.

De modo a conhecer os processos de tomada da palavra de cidadãos pobres e desfavorecidos no Brasil e na França, realizei uma pesquisa de campo nos espaços municipais frequentados pelos beneficiários da Bolsa Família e do RMI. A intenção era observar como, ao se expressarem, os entrevistados se remetiam a questões ligadas à falta de reconhecimento e de autonomia e, além disso, perceber como esses espaços municipais se configuravam como reais contextos de interação e diálogo. Afinal, tão importante quanto tomar a palavra é ser ouvido e ter suas opiniões e necessidades consideradas.

Tanto no Brasil quanto na França, é a municipalidade que gerencia os recursos financeiros destinados às políticas sociais. As municipalidades brasileiras investem (de acordo com seus orçamentos específicos) em uma rede de assistência social (que religa os domínios da educação, da saúde e das políticas sociais) que seja capaz de motivar as pessoas carentes a frequentar os “Centros de Referência da Assistência Social” (CRAS) ou os “Núcleos de Apoio à Família” (NAFs). Esses espaços realizam geralmente reuniões de inserção e de apoio, oferecem (com o apoio da prefeitura ou de ONGs e associações) cursos de profissionalização, ateliers de artesanato e um acompanhamento psicológico. Em certos casos, eles também apoiam a criação de cooperativas. Considerando que esses espaços se configuram como contextos cotidianos de sociabilidade, de conversação cívica e de expressão e conhecimento dos interesses e necessidades dos outros, optamos por selecionar pessoas que já frequentavam os CRAS e NAFs, seja participando de reuniões, seja seguindo

cursos profissionalizantes e/ou ateliers de artesanato.⁵ Foram, então, realizadas 14 entrevistas semi-estruturadas com beneficiários da Bolsa-Família: sete na cidade de Belo Horizonte (MG) e sete na cidade de Campinas (SP).⁶ A maioria das entrevistas foi realizada com mulheres.⁷

Na França, as Comissões Locais de Inserção (CLI) são responsáveis pela implantação da política local de inserção, por fazer um acompanhamento administrativo dos dossiers do RMI e por seguir de perto a inserção profissional dos beneficiários do RMI. Essas Comissões sustentam estruturas que, com o objetivo de ajudar as pessoas em situação de precariedade a encontrar um emprego, operam de modo a permitir que tais pessoas vençam suas dificuldades e possam ocupar um lugar na sociedade. Essas estruturas podem ser associações ou *chantiers d'insertion* (canteiros de inserção).⁸ Estes últimos são responsáveis por favorecer o acesso ao emprego, à formação profissional e à cultura, adotando uma postura de escuta, diálogo e solidariedade. O principal objetivo dos *chantiers* é favorecer a inserção social pelo encaminhamento a um trabalho, associado a um acompanhamento social e profissional adaptado. Ao considerarmos que essas estruturas associativas e *chantiers* favorecem o diálogo e a tomada da palavra, realizamos quatorze entrevistas semi-estruturadas com beneficiários do RMI que participavam, na época de realização da pesquisa, das atividades propostas por certas associações e que trabalhavam nos *chantiers d'insertion* da cidade de Grenoble.⁹ Desta vez, a maioria dos entrevistados foi de homens.

⁵ Diferentemente da experiência francesa, os beneficiários do Programa Bolsa Família não são obrigados a assinarem um contrato de inserção comprometendo-se a conseguir um emprego. Mas o governo Federal apoia toda iniciativa local destinada a colocar à disposição dos beneficiários um espaço de discussão coletiva e recíproca, de compreensão de sua condição e de busca de soluções alternativas às suas dificuldades, seja através da educação (Educação de Jovens e Adultos, programas de alfabetização, etc.), seja por meio do trabalho (formação de cooperativas, estágios de emprego, etc.).

⁶ Essas duas cidades foram escolhidas, porque, na época de realização da pesquisa de campo, elas apresentavam relativo sucesso na implantação de programas de transferência de renda, o que facilitou nosso acesso aos cadastros dos beneficiários e o contato com os mesmos. Essa observação também é válida para a cidade de Grenoble.

⁷ As mulheres são vistas pelos representantes do governo e pelos agentes responsáveis pelos programas de transferência de renda como “responsáveis” e capazes de gerenciar o benefício concedido pelo programa e de satisfazer as exigências requeridas em contrapartida. O cartão magnético do programa é feito em nome da mulher responsável pelo domicílio.

⁸ Para conhecer os principais canteiros de inserção da cidade de Grenoble, ver o site <<http://www.insertion-agglo.org/index.php?acteurs/principal2.php?idstru=9&idstru2=81>>.

⁹ Sou grata ao auxílio inestimável de Véronique Bernerd (*Solidarité Femmes et Restaurant Arbre Fruité*); Gregory Vivez (*Association Le Fournil*); Pierre Roy (*Association Solexine*); Christian Deveaux (*Association*

Ao planejar realização de entrevistas individuais, minha preocupação foi a de deixar os beneficiários em seu contexto habitual de sociabilidade, de trabalho e de conversação. Assim, os temas previstos para serem abordados nas entrevistas poderiam até já terem sido discutidos em outros momentos passando a integrar o repertório reflexivo dos entrevistados. Ao mesmo tempo, desejava conhecer as condições de participação dessas pessoas nesses espaços institucionais da municipalidade.

É importante destacar que espaços como os CRAS, os NAFs, as associações cívicas e os *chantiers d'insertion* oferecem aos beneficiários a oportunidade de sair do universo privado e de participar da vida social e política da comunidade. Nesse perspectiva, tomar parte em uma conversação ou tomar a palavra diante do outro significa sobretudo colocar em prática as capacidades dialógicas de elaboração, de expressão e de troca de argumentos e pontos de vista. O desenvolvimento dessas capacidades e o engajamento comunicativo em espaços cívicos cotidianos não assegura uma participação instantânea nos processos de tomada de decisão. Contudo, essas atividades auxiliam os indivíduos a construir sua autonomia pública, a serem valorizados e reconhecidos pelos outros como interlocutores, a ter suas necessidades e demandas levados em consideração (Marques e Maia, 2007, 2008).

De maneira a verificar como as questões ligadas ao reconhecimento e à cidadania foram tematizadas pelos beneficiários dessas duas políticas sociais, elaborei uma metodologia fundamentada nas três dimensões do reconhecimento propostas por Honneth (2007). Ao transformar essas dimensões em categorias analíticas, procurei aproximar o depoimento dos entrevistados da linguagem filosófica que marca tanto as dimensões do reconhecimento quanto as dimensões de desrespeito e desvalorização. A análise das entrevistas individuais¹⁰ explora o conteúdo dos depoimentos que se remetem à retomada da auto-confiança; aos direitos e ao valor social conferido ao trabalho.

A retomada da auto-confiança

Gallo); Sonia Bonneville (*Journal Le Bon Plan*); Jérémy Roussin (*Pôle Initiatives Emploi Grenoble Nord*) e Claire Gournet (*Association Pro'Actif*).

¹⁰ As entrevistadas, ao serem informadas sobre a finalidade acadêmica da pesquisa e sobre a probabilidade de publicação de suas falas, manifestaram o desejo de ter seus nomes reais substituídos por nomes fictícios para proteger seu anonimato.

A forma de reconhecimento que se concretiza por meio do amor e da amizade não constitui, segundo Honneth, um “estado intersubjetivo, mas um arco de tensão comunicacional que conecta continuamente a experiência da capacidade de estar sozinho à experiência de fusão com o outro” (2007, p.129). Isso indica que é por meio da integração social que os indivíduos adquirem uma confiança elementar em si mesmos. Todas as relações primárias familiares, eróticas e amistosas deveriam garantir uma segurança emocional que auxilia os indivíduos a se apresentarem diante do outro, endereçando-lhe opiniões, demandas e reivindicações, estabelecendo com ele um vínculo comunicacional e, neste caso específico, afetivo.

Com relação às mulheres beneficiadas pelo Programa Bolsa-Família, a ação de “sair de casa” para se associarem à outras pessoas por meio de conversações e das atividades propostas pelos NAFs e CRAs, pode lhes auxiliar a retomar a auto-confiança. Nesses espaços de diálogo e de encontros, essas mulheres tomam a palavra, têm suas considerações ouvidas, estabelecem diálogos e negociações, o que lhes proporciona redescobrir, sob um olhar positivo “o entrelaçamento de suas narrativas pessoais com discursos que circulam publicamente aos quais se remetem as narrações das experiências de vida” (Le Blanc, 2007, p.110). Como afirmou uma mulher beneficiada pela Bolsa Família, e que mora em Belo Horizonte, a formação de cooperativas e a reunião de um grupo de mulheres unidas em torno do objetivo de encontrar novas alternativas para suas vidas podem trazer não só a motivação necessária para “uma abertura aos outros”, mas também uma percepção dos direitos e possibilidades de conquista da autonomia.

Tem uma menina aqui da Igreja... ela todos os sábados ela vem, a gente tá fazendo uma colcha de fuxico. Todo sábado a gente reúne lá um grupinho. Aí, igual por exemplo, muitas não sabia fazê fuxico, então eu sabia e a gente ensinava as outras. uma leva a linha, outra leva a agulha, a menina consegue retalho, a gente vai fazendo...é isso que eu gosto, que me empolga, porque o trem é difícil, mexe com a gente... cada um tem um jeito de ser, que já um grande aprendizado de convivência e construí daquilo alguma coisa que retorne benefício para todos. É um desafio grande. [Beth, NAF Pampulha, 04/11/05, Belo Horizonte].

A importância da amizade e da solidariedade também é destacada por alguns entrevistados franceses, beneficiados pelo RMI. Seja por meio do trabalho (alcançado via

contrato de inserção exigido para o recebimento do benefício), seja por meio de encontros e reuniões que acontecem em associações ou nos *chantiers d'insertion*, estar em relação com os outros é uma condição fundamental para a construção da identidade e de uma imagem positiva de si mesmo.

Quando estamos desempregados e vivemos em condição de precariedade, nós nos fechamos e cortamos todos os vínculos. Tenho alguns amigos, algumas pessoas com quem converso às vezes... É preciso manter uma boa imagem de si mesmo para podermos nos expressar diante dos outros (...). O RMI muda a vida... nos ajuda a segurar as pontas. E, além disso, podemos ter um pouco de tranquilidade para trabalhar sobre nossos sentimentos, um tempo para podermos nos reunir, para falar, para estar com os outros, pois para aguentar firme é preciso falar, discutir, dialogar... Não me sinto mais isolado. [Jacques, Pôle Initiatives Emploi Grenoble Nord, 05/03/08].

Auxílios como o RMI nos trazem algo a mais, mas prefiro trabalhar, ser independente. O trabalho nos permite afirmação, permite sermos reconhecidos, descobrir as coisas e nos descobrir. O desemprego é um pesadelo. Não é do meu estilo esperar auxílios... É preciso se esforçar para encontrar um emprego. É preciso procurar na ANPE (Agence Nationale Pour l'Emploi)¹¹, obter informações que nos chegam pelo boca a boca, procurar na internet...é preciso se mexer. Meu trabalho no restaurante Arbre Fruité possibilitou que eu me afirmasse, me redescobrisse, porque estão todos prontos para me escutar... e posso falar de minhas inquietações e problemas. Aqui eu fiz muitos amigos...." [Laurence, Arbre Fruité, Solidarité-Femmes, 23/04/08, Grenoble]

Os depoimentos acima transcritos nos remetem à abordagem de Ricoeur (2004) a respeito do reconhecimento como forma de contribuição à auto-realização das pessoas. Para ele, um sujeito pode conquistar o reconhecimento em contextos nos quais ele: i) “pode dizer”, ou seja, pode usar a linguagem para se dirigir ao outro e enunciar suas demandas, criando contextos de interlocução; ii) “pode fazer”, isto é, pode desenvolver capacidades de produzir eventos e coisas em seu ambiente social e de trabalho de modo a se sentir apto a contribuir; iii) “poder narrar”, ou seja, ter a oportunidade de se descobrir por meio da produção e compartilhamento de narrativas que articulam as identidades e produzem laços de empatia; iv) “poder ser responsável”, isto é, ser um agente moral que assume as consequências de seus atos e que é considerado pelos demais como capaz de argumentar e defender autonomamente seus pontos de vista em público.

¹¹ Mais informações sobre a ANPE podem ser obtidas no site www.anpe.fr.

Os direitos e a cidadania

A dimensão do reconhecimento relacionada ao respeito é assegurada pelo campo dos direitos. Para além dos direitos elementares que protegem as pessoas e que lhes garantem condições mínimas de vida, é preciso que os indivíduos se percebam como “portadores de direitos”, o que lhes garante dignidade. De acordo com uma entrevistada que recebe a Bolsa Família, o respeito pode ser compreendido como um estatuto ligado à valorização do cidadão como indivíduo moralmente responsável.

Todo mundo tem o direito a ser um cidadão respeitado, né? Eu acho que todos têm direito a um trabalho digno, ter seu salário ali, suado ali, mas é seu, né? Não tá pedindo ninguém... Com respeito, respeitar os outros também. Direito a uma moradia melhor, mas esse direito também a gente tem que ir em busca, né? É melhor, porque só esperar também... [Lurdes, NAF Pampulha, 04/11/05, Belo Horizonte].

O respeito também possui uma forte relação com a constituição do cidadão em esferas públicas de debate. É na rede de múltiplas esferas públicas articuladas em torno dos problemas da pobreza e da destituição econômica, social e simbólica que as pessoas beneficiadas por políticas sociais podem aprender a definir sua situação e suas identidades, a compreender o que querem e como desejam ser vistas e consideradas pelos outros. Por meio de seus discursos e ações elas podem aprimorar suas capacidades comunicativas e aprender a apresentar, justificar e defender suas demandas em esferas públicas de discussão. Mas para participar da vida pública, é preciso que os indivíduos possam ser considerados como cidadãos capazes de enunciar e sustentar autonomamente suas questões, obtendo, assim, o respeito dos demais (Habermas, 1987).

As pessoas em situação de precariedade, contudo, são raramente percebidas e respeitadas como cidadãos. Além disso, o lugar que elas ocupam na sociedade não lhes assegura um status de igualdade e uma consideração paritária como indivíduos potencialmente capazes de instaurar e manter um espaço público de discussão de suas demandas, de assumir uma posição diante de autoridades políticas e de justificar seus argumentos de maneira racional.

O RMI é o fundo do poço, o último degrau antes da miséria. Perdemos nossos direitos e somos deixados de lado. Sofremos vários tipos de discriminação quando

estamos desempregados. O RMI não nos valoriza de forma alguma... ele nos estigmatiza. Antes de mais nada é preciso ter um status, um reconhecimento, um papel social e, claro, a possibilidade de agir e de viver dignamente. O RMI não conduz à emancipação. Felizmente ele existe, porque permite que as pessoas sobrevivam. Mas trata-se de uma faca de dois gumes... Acho também que o RMI é uma estratégia encontrada pelo governo para se livrar da culpa e para manter as pessoas em uma situação de passividade... ou seja, os beneficiados pelo RMI não saem na rua para manifestar de uma maneira virulenta, eles se encontram em uma relação terapêutica com a assistência social e são despossuídos de seu livre arbítrio, encontrando muitas dificuldades para sair dessa situação. Nós nos sentimos vítimas... Me sinto desrespeitada enquanto cidadã. A constituição prevê um trabalho para nós, mas somos julgados como parasitas, como preguiçosos [Céline, Association Pro'actif, 22/05/08, Grenoble].

Ao invés de falar de uma ampla gama de escolhas disponibilizadas por esse tipo de política social, é preciso colocar em evidência a ausência de alternativas que tornam os beneficiários passivos, dependentes das ações realizadas pela assistência social. Nancy Fraser coloca em questão esse envolvimento terapêutico ao argumentar que ele reduz as pessoas em situação de vulnerabilidade social a “casos particulares”, cuja única função é assumir “uma postura de beneficiários potenciais de serviços pré-definidos” (1989, p.174). Nesse caso, os beneficiários de políticas sociais permanecem indefinidamente à espera de auxílio, ao invés de se engajarem para definir e negociar suas próprias necessidades e interesses. As “preferências e necessidades impostas” produzem um dano profundo nas pessoas desfavorecidas, pois elas têm uma tendência a acreditar em um certo tipo de determinismo que as isola do bem-estar e do respeito coletivo (Freire, 1974, p.26).

Alguns entrevistados franceses constataam que uma das principais dificuldades referentes à construção da cidadania é a ausência de uma mediação entre as autoridades políticas e os membros da sociedade, quer eles estejam ou não sendo beneficiados pelo RMI. Contudo, um entrevistado destaca que uma pessoa em situação de precariedade tem suas oportunidades de diálogo e de negociação dramaticamente reduzidas. Nesse sentido, o RMI coloca os indivíduos em uma condição destituída de poder e de autonomia política, ao limitar suas oportunidades de interpelar as autoridades responsáveis por responder às suas demandas e necessidades.

O RMI é um direito, mas para demandar esse direito é preciso conhecer e também dominar uma linguagem específica. É preciso saber onde ir, à quem

perguntar, à quem se dirigir... Saber como tomar a palavra diante do outro, aquele que está do outro lado do bancão... É preciso escutar, ter argumentos e as pessoas não estão habituadas ao debate. Além disso, eu posso comparar as pessoas em situação de precariedade às crianças e aos prisioneiros, porque são categorias que não são representadas. E se nós não temos um representante para negociar nossos interesses, não conseguimos participar... Na CAF (Caisse d'Allocations Familiales)¹² não temos o direito de dizer uma palavra. O cidadão permanece em uma posição de inferioridade. E como podemos fazer emergir o cidadão? É preciso fornecer-lhe os meios para que possa reivindicar seus direitos. O problema é que o desempregado e o cidadão destituído não se vêem como uma categoria. Eu não quero compaixão... Eu sou como um menino de 11 anos ou como um prisioneiro... Como é possível imaginar uma democracia sem uma relação entre os cidadãos e os responsáveis políticos? [Jacques, Pôle Initiatives Emploi Grenoble Nord, 05/03/08].

Para esse entrevistado, a participação política é assegurada primeiramente por um processo de tomada da palavra na esfera pública, onde os cidadãos possuem o direito de ter suas demandas inseridas no discurso de um representante responsável por estabelecer uma mediação entre os atores institucionais formais e os indivíduos em situação de precariedade. Essa ausência de relação política é um dos grandes problemas democráticos vividos pelos beneficiários de políticas públicas no Brasil e na França. De um lado, essas pessoas já possuem um certo grau de inclusão política, uma vez que essas políticas lhes são dirigidas com a intenção de melhorar seu status social e sua condição de vida. De outro lado, elas são publicamente excluídas, ou seja, elas devem enfrentar vários obstáculos e dificuldades para participar de esferas públicas de apresentação e negociação de suas demandas e pontos de vista (Marques e Maia, 2007, 2008; Bohman, 1997).

O valor conferido ao trabalho

A dimensão da estima social coloca em destaque a existência de um quadro de orientação que serve como “sistema de referência para apreciar as características individuais, porque o valor social dessas características se mede pela contribuição que os sujeitos podem trazer para a realização de objetivos perseguidos pela sociedade” (Honneth, 2007, p.148).

¹² Para obter informações sobre a CAF, ver o site <www.caf.fr>.

Como mencionou um entrevistado que recebe o RMI, um indivíduo é avaliado de maneira negativa quando ele não traz benefícios e lucros para a sociedade.

O cidadão deve ser rentável. Eu não sou... O RMI não valoriza o cidadão, porque ele é uma marca do fracasso pessoal. Quando alguém te pergunta o que você faz na vida e você responde: “Eu recebo o RMI”, não há muita coisa mais a dizer. [Marc, Association Gallo, 24/04/08, Grenoble].

A estima social é descrita por Honneth como sendo aquela que garante aos indivíduos uma certa proteção contra as experiências de humilhação e de depreciação que resultam, sobretudo, de uma violência simbólica. Nesse sentido, os recursos semânticos que gravitam em torno das noções de pobreza e de precariedade indicam, de modo geral, os preconceitos que desvalorizam o status moral das pessoas que se encontram em uma situação de extrema fragilidade material. Assim, se os recursos semânticos disponíveis para avaliar o modo de vida de alguém possuem uma conotação negativa, torna-se muito difícil de perceber tal pessoa como digna de reconhecimento.

Eles dizem sempre que o povo brasileiro é preguiçoso, que os pobres são preguiçosos. Isso não é verdade. Na verdade, eles estão cansados de tanta palhaçada, porque eles lutam, eles arregaçam as mangas e não conseguem nada. Quando o governo cria uma ajuda nova, logo depois você vê a maior humilhação para conseguir essa ajuda e você se sente muito humilhada. [Sônia, NAF Leste, Oficina de Mulheres, 22/03/06, Belo Horizonte].

Isso é uma humilhação. Eu cheguei no prédio da Assistência Social às 7 horas da manhã e só fui atendida às 3 horas da tarde. Isso é uma coisa muito humilhante para ganhar só 18 reais. É por isso que muita gente nem procura. E, além de tudo, teve aquelas brigas, porque muita gente queria furar fila. E aí foi uma confusão geral. Depois disso a gente assiste mostrar na televisão como se os pobres fossem marginais, um lixo, um zero à esquerda. [Cibele, CRAS Norte, Espaço Esperança, 12/04/06, Campinas].

O universo do trabalho, segundo Lallement (2007, p.72) é um poderoso revelador das tensões ligadas ao reconhecimento. Possuir um emprego é definido pelos beneficiários do RMI e do Bolsa Família como a condição principal de sua independência e de sua integridade. Essa compreensão do emprego nos remete à uma divisão dos cidadãos entre aqueles que trabalham e contribuem para o “bem público”, e aqueles que nada podem oferecer à sociedade. Estar desempregado significa não só estar fora de uma condição valorizada, mas também fora de qualquer contexto no qual existe a possibilidade de ser

avaliado com relação às qualidades específicas por meio das quais um indivíduo se distingue dos outros (Voirol, 2005).

O RMI me ajudou quando cheguei na França. Não é fácil para um estrangeiro...Mas não quero depender do RMI para sempre. Acho que é preciso encontrar um trabalho. Aqui no Fournil é legal. Trabalhamos em equipe. Eles são muito bons. Antes eu ficava em casa e cuidava do meu filho. Eu nunca tinha falado francês antes de trabalhar no Fournil. Eles me ajudaram a encontrar um curso para aprender o francês. É por isso que quando a gente trabalha, tudo muda. Eu posso conversar com as pessoas e eu vejo que sou capaz de fazer coisas que pensava serem difíceis ou mesmo impossíveis... [Sophie, Le Fournil, 11/04/08, Grenoble].

O desejo de ser alguém, de ser útil e estimável está intimamente associado ao desejo de ter um emprego, de saber se expressar em público, de ser considerado como interlocutor de um diálogo e de contribuir para a vida comunitária (Roulleau-Berger, 2007).

Eu acho que é muito bom a gente fazê curso, tê, assim, alguma coisa pra fazê, porque eu me acostumei a não ter nada pra fazê, mas eu acho que eu devo procurá alguma coisa pra mim...pra ser alguém um dia. Quer dizer, eu sou alguém, mas queria ser mais um pouco. Não muito, né, mais um pouco, eu queria sim. [Irene, CRAS Nilópolis, Recanto da Alegria, 19/07/06, Campinas]

Antes da Bolsa-Família eu não falava nada. Ficava em casa. Desde que comecei a participar do curso de artesanato, aprendi a dialogar, a tomar a palavra. Agora eu saio, encontro as outras mulheres...Conversamos sobre vários assuntos, ensinamos coisas aos outros e trocamos conhecimento. [Sílvia, CRAS Sul, Campo Belo, 13/07/06, Campinas].

A autonomia é uma construção processual e relacional que requer não só a ação de falar, mas sobretudo a instauração, por meio do diálogo, de contextos comunicativos que revelem aos indivíduos precários que eles podem se constituir em interlocutores, em parceiros das argumentações que acontecem nas esferas públicas que constituem um processo deliberativo. É justamente a sua inserção nesse processo que lhes abre a possibilidade de participar paritariamente das discussões políticas que definem políticas de redistribuição e de reconhecimento. Segundo Fraser (2003, 2005), a construção de uma paridade participativa entre os indivíduos marginalizados e aqueles considerados competentes para a comunicação na esfera pública deve satisfazer duas condições principais. A primeira seria uma “condição objetiva”, capaz de assegurar aos participantes de uma discussão, uma igual distribuição de

recursos materiais a fim de que eles possam ter acesso a oportunidades de interação com os outros enquanto “parceiros discursivos” (2003, p.36). Por sua vez, a segunda condição, chamada por Fraser de “condição intersubjetiva”, seria destinada a estabelecer um igual respeito entre todos os participantes, ao lhes assegurar a possibilidade de obter estima social.

Considerações finais

No contexto brasileiro, a conquista da autonomia e da cidadania pelas pessoas em condição de precariedade econômica, social e política encontra graves dilemas. Os espaços de desenvolvimento das ações sociais ligadas ao programa Bolsa Família (realização de cursos, palestras, reuniões de apoio, encontros recreativos ou de acompanhamento, etc.) são mantidos pelas municipalidades, que não possuem os mesmos meios de oferecer aos beneficiários as alternativas para melhorar suas condições de vida. Contudo, os diálogos que as pessoas estabelecem nesses espaços nos revelaram não só as possibilidades transformadoras que as interações comunicativas podem promover, como também a importância do papel do Estado em auxiliar a constituição da autonomia pública dessas pessoas. A pesquisa desenvolvida mostra que as esferas municipais de diálogo se entrelaçam com as esferas rotineiras e privadas de conversação de modo a permitir a formação de uma rede ampliada e periférica de troca de argumentos e pontos de vista acerca de necessidades e suas alternativas de atendimento.

Foi possível observar que na França as instituições estatais ligadas à assistência social também promovem espaços de conversação e de encontro nos quais indivíduos desfavorecidos podem construir, a longo prazo, sua autonomia e seu engajamento cívico. Para conquistar a integridade e o respeito dos outros, os beneficiários do RMI (e também do Bolsa Família) devem alcançar o status de cidadãos moralmente iguais e responsáveis. Não é a soma em dinheiro que lhes é garantida o fator que mais estimula esse processo, mas sim a reconstrução de vínculos afetivos, sociais e políticos, por meio das interações comunicativas que se estabelecem quando essas pessoas se reúnem para discutir a propósito das normas e dos direitos que se referem aos seus interesses e necessidades.

Os beneficiários brasileiros e franceses que participaram das entrevistas destacaram os numerosos benefícios trazidos pela troca intersubjetiva que acontece nos espaços de

conversação e de encontro mantidos pelas associações e pelas estruturas ligadas à Assistência Social (NAFs e CRAS). Assim, pudemos perceber que a comunicação e a capacidade de “dizer o sofrimento” são instrumentos centrais de emancipação. Expressar a própria condição diante do outro como problema, define uma relação, um contexto e uma necessária busca de compreensão e alternativas de solução, o que permite também uma redefinição da maneira como cidadãos desfavorecidos percebem a si mesmos e a condição em que se inserem.

Referências

- ASTIER, I. (1997), **Revenu Minimum et souci d’insertion**, Paris, Desclée de Brouwer.
- BOHMAN, J. (1997), “Deliberative Democracy and Effective Social Freedom: capabilities, resources, and opportunities”, in: BOHMAN, J., REHG, W. (eds.). **Deliberative Democracy: essays on reason and politics**, Cambridge, Mit Press, pp.321-348.
- CASTEL, R. (1999), **Les métamorphoses de la question sociale. Une chronique du salariat**, Paris, Gallimard.
- CAILLÉ, Alain (2004). Présentation, **Revue du Mauss**, n.23 (De la reconnaissance: don, identité et estime de soi), pp.5-28.
- CAILLÉ, A. (2007), “Reconnaissance et Sociologie”, in : CAILLÉ, A. (dir.) **La quête de reconnaissance : nouveau phénomène social total**, Paris, la Découverte, pp.185-208.
- FRASER, N. (1989), “Struggle over needs: outline of a socialist-feminist critical theory of late capitalist political culture”, in : FRASER, N. **Unruly Practices: power, discourse, and gender in contemporary social theory**, Minneapolis, University of Minnesota Press, pp.161-187.
- FRASER, N. (2003), “Social Justice in the age of identity politics: redistribution, recognition, and participation”, in : FRASER, N.; HONNETH, A. **Redistribution or Recognition? A political-philosophical exchange**, London, Verso, pp.7-109.
- FRASER, N. (2005), **Qu’est-ce que la justice sociale ? Reconnaissance et redistribution**. Trad.Estelle Ferrarese, Paris, éditions la Découverte.
- FREIRE, P. (1974), **Pédagogie des Opprimés**, Paris, François Maspero.
- HABERMAS. J. (1987), **Théorie de l’agir communicationnel – pour une critique de la raison fonctionnaliste**, Tome 2, France, Fayard Poitiers.
- HABERMAS, J. (1997). **Droit et Démocratie: entre faits et normes**, Paris, Gallimard.
- HELD, D. (1987), **Modelos de Democracia**, Belo Horizonte, Paidéia.
- HONNETH, A. (2004), “Recognition and moral obligation”, **Social Research**, v.64, n.1, 1997, p.16-35.

- HONNETH, A. (2004), La théorie de la reconnaissance: une esquisse. **Revue du Mauss**, n° 23. De la reconnaissance. Don, identité et estime de soi, p. 133-135.
- HONNETH, A. (2005), “Invisibilité : sur l’épistémologie de la reconnaissance”, **Réseaux**, n.129-130, pp. 41-47.
- HONNETH, A. (2006), **La société du mépris : vers une nouvelle Théorie critique**, Trad. Olivier Voirol, Pierre Rusch et Alexandre Dupeyrix, Paris, éditions la Découverte.
- HONNETH, A. (2007), **La lutte pour la Reconnaissance**, Trad. Pierre Rusch, Paris, Les Éditions du Cerf.
- LALLEMENT, M. (2007), “Qualités du travail et critique de la reconnaissance”, in : CAILLÉ, A. (dir.) **La quête de reconnaissance : nouveau phénomène social total**, Paris, la Découverte, pp. 71-88.
- LAZZERI, C. et CAILLÉ, A. (2004), La reconnaissance aujourd’hui. Enjeux du concept. **Revue du Mauss**, n° 23. De la reconnaissance. Don, identité et estime de soi, p. 88-115.
- Le BLANC, G. (2007), **Vies ordinaires, vies précaires**, Paris, Éditions du Seuil.
- MARQUES, A.C.S., MAIA, R. (2007), “Dimensões da Autonomia no combate à pobreza: o programa Bolsa-Família sob a perspectiva das beneficiárias”, **Serviço Social e Sociedade**, v.92, p.58-85.
- MARQUES, A.C.S., MAIA, R. (2008). “A conversa sobre temas políticos em contextos interativos do cotidiano”, **Política & Sociedade**, v.7, n.12.
- MARQUES, A.C.S. (2007), “A construção da autonomia individual e política: um desafio para as beneficiárias do Bolsa Família”, **Pensar BH**, Política Social, n.18, pp.43-45.
- PAUGAM, S. (1993a), **La disqualification sociale: essai sur la nouvelle pauvreté**, Paris, PUF.
- PAUGAM, S. (1993b). **La société française et ses Pauvres: l’expérience du RMI**, Paris, PUF.
- RICOEUR, P. (2005), **Parcours de la reconnaissance. Trois études**, Paris, Gallimard.
- ROULLEAU-BERGER, L. (2007), “Grammaires de la reconnaissance, individuation et ordres sociétaux”, in : CAILLÉ, A. (dir.). **La quête de reconnaissance : nouveau phénomène social total**, Paris, La Découverte, pp.135-148.
- VOIROL, O. (2005), “Les luttes pour la visibilité – esquisse d’une problématique”, **Réseaux**, n.129-130, pp.91-121.
- WARREN, M. (2001), **Democracy and Association**, Princeton/New Jersey, Princeton University Press.